

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**COGEAE**

**Roseli de Castro**

**A família e o processo de atendimento psicopedagógico**

**Barueri**

**Junho de 2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**COGEAE**

**Roseli de Castro**

**A família e o processo de atendimento psicopedagógico**

Monografia apresentada, como exigência parcial, para conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Psicopedagogia, sob orientação da Profa. Ms. Vera Regina Vitagliano Teixeira.

**Barueri**

**Junho de 2012**

## **Agradecimentos**

*A Deus, por me abençoar todos os dias pela oportunidade da vida  
e a coragem para vencer obstáculos.*

*Ao meu esposo e filho pelo carinho, amor e compreensão.*

*À Profa. Ms. Vera Regina Vitagliano Teixeira, pelos encontros e momentos de discussão  
que muito contribuíram para realização desse trabalho.*

*Aos colegas de curso pelas leituras e discussões em conjunto.*

*Às crianças atendidas pela valiosa aprendizagem proporcionada.*

## **Resumo**

O presente trabalho é uma reflexão acerca da importância da adesão e acompanhamento das famílias nos atendimentos psicopedagógicos de seus filhos nos estágios realizados no curso de Psicopedagogia. Notamos que, à medida que o tratamento avançava, as famílias deixavam de levar as crianças nas sessões. Por meio da ação investigativa do psicopedagogo o sentido do sintoma é redimensionado e compartilhado com a família. Diante dessa perspectiva, a ação do psicopedagogo pode trazer à tona questões relacionadas à dinâmica familiar que nem sempre estão preparados para lidar, culminando assim no abandono do atendimento.

**Palavras-chave:** família, sintoma, atendimento psicopedagógico

## **Abstract**

This paper is a reflection about the importance of support and monitoring of families in the care of their children psychopedagogical stages performed in the course of Psychology. We note that, insofar as treatment progressed, the families left to carry children sessions. Through the investigative action psychopedagogists the meaning of the symptom is resized and shared with the family. Given this perspective, the action of psychopedagogists can bring up issues related to family dynamics who are not always prepared to deal, thus leading to the abandonment of the treatment.

**Keywords:** family symptom, psychopedagogical treatment

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – A PSICOPEDAGOGIA: UM PERCURSO .....	10
A atuação – o papel do psicopedagogo.....	14
CAPÍTULO II – ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NOS ESTÁGIOS E A FAMÍLIA: O ESTADO DA ARTE .....	16
CAPÍTULO III – FAMÍLIA.....	22
CAPÍTULO IV – A PSICOPEDAGOGIA E FAMÍLIA – PARCEIRAS NO AUXÍLIO DO ENTENDIMENTO DA PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	31

No tratamento psicopedagógico, busca-se devolver ao sujeito a dimensão de seu poder (poder escrever, poder saber, poder fazer) para que seu eu acredite em suas potencialidades. (SARA PAIN)

## **Introdução**

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia oferecido pela PUC-SP proporciona aos seus alunos, a fim de complementar a formação teórica em sala de aula, dois momentos de estágio. No módulo II realizamos o estágio da disciplina “Diagnóstico Psicopedagógico” e no módulo III realizamos o Estágio “Clínico” ou “Institucional”. As oportunidades de estágio tornam-se imprescindíveis para uma formação crítica e apoiada na articulação teoria/prática.

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a questão da adesão e acompanhamento da família nos atendimentos psicopedagógicos de seus filhos nos estágios realizados por mim no curso de Psicopedagogia.

Em nossa experiência de estágio notamos que, à medida que o tratamento avançava, a família se afastava e a criança abandonava o tratamento. Sabemos que muitos fatores podem ter contribuído para tal acontecimento. Levantamos como uma das hipóteses para tal reação que as ações do psicopedagogo possam refletir na dinâmica da família de tal modo, que esta passa a se sentir ameaçada, pois pode estar querendo conscientemente ou não, mascarar uma situação interna.

Sob a luz de D.W. Winnicot, Alicia Fernández, Sara Pain e Leila S.J. Chamat, procuramos trilhar um caminho para buscar possíveis entendimentos sobre a atitude familiar que culmina no abandono do atendimento psicopedagógico da criança.

No capítulo I fazemos um breve relato sobre o percurso histórico da Psicopedagogia até o aparecimento dessa área de conhecimento e de atuação no Brasil. Discorreremos também a respeito do papel do psicopedagogo e da psicopedagogia clínica e seu objeto de estudo.

No capítulo II contamos sobre a experiência nos dois momentos de estágio. Relatamos sobre como as crianças chegaram até nós, sobre as entrevistas com as professoras e com as famílias.

No capítulo III discorremos sobre o que é família, seu papel e sua dinâmica nos dias atuais, e como o sujeito – seja o pai, a mãe ou o filho – ocupa seu lugar nessa dinâmica.

No capítulo IV discorremos sobre a necessária parceria entre a psicopedagogia e a família na tarefa de auxiliar nossas crianças a superar suas dificuldades de aprendizagem.

E por fim, nossas considerações finais acerca dos questionamentos apontados nesse trabalho a fim de tecer contribuições para futuros trabalhos nessa área.

## **Capítulo I**

### **A psicopedagogia: um percurso**

A psicopedagogia é uma área do conhecimento das ciências humanas resultante da articulação de conhecimentos de outras áreas com vistas a tratar os problemas de aprendizagem – situados além dos limites da psicologia e da própria pedagogia. (Bossa, 2011)

Percorrendo alguns autores Sara Pain, Jorge Visca, Alícia Fernandes entre outros, verificamos que a psicopedagogia recorre ao conhecimento de outras áreas, tais como, Psicologia Social, Teoria Piagetiana da Inteligência, Psicanálise e Pedagogia, como embasamento teórico a fim de entender e interpretar as dificuldades que o sujeito enfrenta em seu processo de aprendizagem.

Assim como se torna difícil encontrar ou definir um corpo teórico próprio, a definição sobre o que é psicopedagogia também não é tarefa fácil. No entanto, é unânime entre os estudiosos da área, que seu principal objeto de estudo é ‘dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo sujeito que aprende’ e para lidar com as dificuldades, Noffs (2003) aponta que:

[...] a Psicopedagogia deve permanecer na interação, na integração do conhecimento e do saber, na interligação de diretrizes envolvendo “o como e o quê de sua ação”. (p.48)

E continua:

A Psicopedagogia, utilizando recursos das várias áreas do conhecimento, propõe-se a compreender o ato de conhecer, o de aprender e, consequentemente, o de ensinar. (p.54)

No site da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP encontramos a seguinte definição para psicopedagogia:

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio – família, escola e sociedade – no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia.

Pain (1985) diz optar por uma psicopedagogia que:

[...] permite ao sujeito que não aprende fazer-se cargo de sua marginalização e aprender, a partir da mesma, transformando-se para integrar-se na sociedade, mas dentro da perspectiva da necessidade de transformá-la. (p.12)

Fernandez (2001) ao situar o objeto de estudo da psicopedagogia e delimitar seu campo de atuação, aponta que a psicopedagogia não é e nem pretende ser, uma disciplina superior, nem é um somatório da psicologia e da pedagogia. A autora continua:

Penso que um dia, provavelmente, o nome de nossa disciplina seja modificado... Ainda que se chame psicopedagogia, não é psicologia mais pedagogia; ainda que se refira a *paidos* (crianças), não trata apenas de crianças...(p.54)

Para dar conta das diversas facetas do sujeito em seu processo de aprendizagem Fernandez (2001) aponta para os seguintes campos teóricos que dão subsídios à Psicopedagogia:

- Epistemologia Genética: que nos fala de um sujeito epistêmico que constrói suas estruturas cognitivas. Trata-se de um sujeito ativo que tende adaptar-se ao meio.
- Psicanálise: nos fala de um sujeito desejante que nos permitirá ir além do que pretende a lógica. Levantam-se os aspectos inconscientes e transferenciais do sujeito.
- Antropologia, história e linguística: que consideram aspectos do pensamento a partir do ponto de vista cultural.

Ao sintetizar seu pensamento sobre o objeto de estudo da psicopedagogia a autora finaliza: “[...] eu defino como sujeito da psicopedagogia o ensinante-aprendente, ou seja, o sujeito da autoria de pensamento” (2001, p. 54)

Para Jorge Visca (2010) o conhecimento psicopedagógico:

[...] tem como objeto de estudo a aprendizagem em seus estados normais e patológicos; ao mesmo tempo em que a técnica tem como objeto de seu interesse o quê, o como e o quando realizar determinada ação exploratória (p.67)

Muito já se falou sobre o percurso histórico da Psicopedagogia, não é nossa pretensão e nem objetivo do presente trabalho dissertar detalhadamente sobre o percurso da Psicopedagogia, porém se faz necessário o entendimento dos motivos acerca do surgimento dessa área do conhecimento.

A psicopedagogia teve origem na Europa ainda no século XIX com a preocupação em relação aos problemas de aprendizagem. Segundo Ariès apud Bossa (2011), a preocupação dos educadores do século XVII era compreender a criança para transformá-la em um adulto racional e cristão. Nos século XVIII a criança se vê inserida em um discurso social que valoriza a disciplina, a racionalidade dos costumes, a preocupação com a higiene e a saúde física.

No final do século XIX a escolaridade adquire um papel diferenciado em uma sociedade tecnicista que impõe ao indivíduo constantes atualizações, graças aos progressos técnicos e científicos (Bossa, 2011).

Nesse percurso, deparamo-nos na literatura francesa com os trabalhos de Janine Mery que adota o termo psicopedagogia curativa. Termo usado para caracterizar uma ação terapêutica que leva em consideração aspectos pedagógicos e psicopedagógicos.

È também na França sede da primeira escola de reeducação fundada por Seguin (Bossa, 2011), que se desenvolviam experiências educacionais envolvendo limitações de aprendizagem de ordem orgânica ou social.

O papel reeducativo da psicopedagogia, em nosso país, preocupava-se em adequar o sujeito às condições institucionais, não havendo espaço para uma avaliação crítica das questões sociais, institucionais e individuais. (Andrade, 1998). Sobre esse marco da reeducação Rubinstein (1999) escreve:

Assim começa reeducação, área do conhecimento preocupada em detectar e tratar das dificuldades de aprendizagem. O processo terapêutico da reeducação inicia-se com a identificação, medida e classificação dos possíveis desvios para, a partir deles, construir um plano de trabalho (p.18).

Ao longo dos anos especialistas e estudiosos aprimoraram suas pesquisas no sentido de melhor vislumbrar as questões que norteavam o sujeito em seu processo de aprendizagem no intuito de ajudá-lo.

No Brasil, devido à nossa proximidade geográfica com a Argentina e facilidade com a língua, notamos uma forte influência dos autores oriundos desse país – entre eles, Sara Pain, Alicia Fernandez e Jorge Visca.

No esboço histórico da Psicopedagogia na Argentina, verificamos que há mais de 30 surgiu o curso de graduação no país. Ao longo desses 30 anos a Psicopedagogia ocupa lugar de destaque no âmbito da educação e saúde. Na década de 70 os profissionais faziam diagnóstico e tratamento. Após resolvido o problema de aprendizagem de seus pacientes, estes retornavam depois de um ano apresentando transtornos ainda mais graves. A partir daí, os psicopedagogos argentinos incluem no seu trabalho a escuta e o olhar psicopedagógicos (Bossa, 2011). Sobre a área de atuação dos psicopedagogos na Argentina, ao citar Fernandez e Monti, a autora relata:

A função do psicopedagogo na área educativa é cooperar para diminuir o fracasso escolar, seja este da instituição, seja do sujeito, ou o que é mais frequente, de ambos... Quanto à área da saúde, o psicopedagogo argentino

trabalha em consultórios particulares e/ou instituições de saúde, hospitais públicos e particulares. Sua função é reconhecer e atuar sobre as alterações da aprendizagem sistemática e/ou assistemática. (p. 65)

No final da década de 70 surgem os primeiros cursos de especialização em Psicopedagogia no Brasil. Centros de estudos são organizados em São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1979 é criado em São Paulo, no Instituto Sedes o curso regular em Psicopedagogia. Próximo a essa data destacamos o início do curso na PUC-SP Próximo a essa data destacamos o início do curso na PUC-SP responsável pela formação de um grande número de profissionais (Bossa, 2011).

Em 12 de novembro 1980 foi fundada a Associação Estadual de Psicopedagogos do Estado de São Paulo (AEP), a partir de um grupo de profissionais interessados e atuantes nas questões relativas aos problemas de aprendizagem (ABPP, 2012). Em 1986, a AEP transformou-se em Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP, que desde sua criação vem tratando e discutindo sobre as questões relacionadas à formação, perfil e reconhecimento da Psicopedagogia no Brasil.

### **A atuação – o papel do psicopedagogo**

A aprendizagem é ato da vida humana como um todo e não apenas da vida escolar. Ao considerar o ato de aprender uma característica da vida humana desloca-se da sala de aula e da escola a necessidade de compreensão das questões que envolvem o sujeito no processo de ensino/aprendizagem.

O psicopedagogo será o profissional que pretende, como representante de uma área interdisciplinar, acolher e ajudar o sujeito que enfrenta dificuldades em seu processo de aprendizagem. Não se trata de um trabalho que se limita a extinguir o sintoma, mas buscar as causas deste sintoma.

Para Andrade (1998), o sintoma é como a ponta de um iceberg, é apenas a parte visível de um todo submerso e, completa:

Não se deve esperar, entretanto, identificar “a” causa do problema, na medida em que não se pretende estabelecer uma relação linear de causa/efeito, de ação/reação por se acreditar num processo dialético, de interação, de uma teia de possíveis causas inter-relacionadas que, como uma rede, aprisiona a criança impedindo-a de aprender plenamente. (p.38)

Entretanto, conforme veremos no capítulo seguinte, nem sempre a iniciativa é do paciente ou da família em procurar ajuda de um profissional para compreensão da problemática enfrentada pela criança, Os casos apontados neste trabalho, tratam-se de encaminhamentos feitos pela escola. Nesse caso cabe ao psicopedagogo ficar atento à forma como paciente e família reagem à situação de acompanhamento, conforme pontua Andrade:

Caberá ao psicopedagogo observar, traduzir e neutralizar essas reações que poderão comprometer o trabalho psicopedagógico provocando até mesmo sua interrupção. [...] nem todas as famílias conseguem manter um trabalho psicopedagógico, não no aspecto financeiro, mas no seu aspecto emocional. (p.44)

O psicopedagogo em sua atuação clínica deve preocupar-se, inicialmente com a investigação do meio socioeconômico, do ambiente familiar, do ambiente escolar e o nível de adaptação e de aproveitamento escolar do aluno, além de suas características pessoais. Em seguida, a partir das informações obtidas nas investigações iniciais, levantam-se hipóteses de possíveis causas que estariam provocando determinado sintoma ou dificuldade de aprendizagem. A partir deste ponto, constrói-se um plano de trabalho a fim de auxiliar o sujeito na superação das causas e conseqüentemente dos sintomas que vem enfrentando no processo de aprendizagem.

No próximo capítulo discorreremos sobre a experiência nos dois momentos de estágio proporcionados pelo curso de Psicopedagogia da PUC. Contaremos sobre como as crianças chegaram até nós, sobre as entrevistas com as professoras e com as famílias, e também sobre nossa conduta nos atendimentos.

## Capítulo II

### **Atuação psicopedagógica nos estágios e a família: o estado da arte**

No curso de Pós-graduação em Psicopedagogia da PUC-SP, nós, alunos, tivemos a oportunidade de estágio em dois momentos.

O primeiro momento foi no módulo II no primeiro ano do curso, quando realizamos o estágio da disciplina “Diagnóstico psicopedagógico”, em que atendemos crianças de uma escola de Barueri que mantém convênio com a PUC para atendimentos psicopedagógicos. O segundo momento de estágio foi no módulo III, segundo ano do curso, quando devíamos optar por estágio clínico ou institucional, e minha escolha foi pelo estágio institucional no qual atendíamos as crianças no ambiente escolar. Os dois estágios foram realizados no período de um ano letivo.

Em ambas as situações, as crianças foram encaminhadas pela escola para o atendimento psicopedagógico com a queixa de dificuldade de aprendizagem que se manifestava de diversas maneiras: agressividade, apatia em sala de aula, baixo rendimento escolar, falta de concentração, agitação, timidez excessiva, dificuldade na leitura e escrita, entre outros.

No módulo II realizei o estágio de “Diagnóstico psicopedagógico” com André (nome fictício) de sete anos que nos foi encaminhado com a queixa de que não sabia ler e escrever. Nossos encontros aconteciam uma vez por semana na escola onde ele estudava. As sessões eram desenvolvidas a fim de vivenciar e cumprir as etapas do diagnóstico psicopedagógico estudadas e discutidas em sala de aula. A cada sessão realizada um relatório era elaborado onde o desenvolvimento das atividades eram descritas e discutidas posteriormente em supervisão.

A mãe de André o levou aos nossos primeiros encontros e depois de algum tempo, ele começou a ir sozinho, pois morava perto da escola. Não conheci o pai de André, pois este

trabalhava das 8h às 18h de segunda a sexta e, segundo a mãe, não podia faltar ao trabalho para participar das entrevistas. Ao final do diagnóstico, momento em que contatamos novamente a família para marcar a entrevista devolutiva, não conseguimos mais encontrar a mãe de André, pois não retornava nossas ligações e a criança não compareceu mais aos nossos encontros, sem aviso prévio ou algum motivo aparente que explicasse sua ausência.

No módulo III, iniciei o estágio de ‘Psicopedagogia institucional’ com mais duas colegas de classe. Nesse estágio em média 25 alunos, foram selecionados pela escola para atendimento psicopedagógico. Os atendimentos aconteceram na própria escola em período oposto ao de aula.

Iniciamos nosso trabalho com entrevistas com as professoras que relataram suas experiências com as crianças que apresentavam algum tipo de dificuldade no processo de aprendizagem e que foram indicadas pela coordenação para o atendimento. Em seguida, contatamos os pais para a entrevista inicial, quando tiveram a oportunidade de falar sobre seus filhos e falar sobre o problema de aprendizagem que enfrentavam. Alguns desses alunos já faziam acompanhamento psicopedagógico com o grupo de estagiárias do ano anterior.

Depois de contarmos as famílias para essa entrevista, 20 crianças aderiram ao atendimento e foram divididas em dois grupos A e B, com dez alunos cada, a fim de não perdermos o foco e a qualidade no atendimento das crianças. Agrupamos as crianças de acordo com a proximidade das dificuldades de aprendizagem que apresentavam. Os atendimentos ocorriam uma vez por semana com duração de duas horas e quinze minutos, visto que o grupo era grande e, portanto, era necessário um tempo maior para a realização das atividades. As sessões eram pensadas, discutidas e planejadas em grupo sob a supervisão da professora orientadora do estágio. As atividades executadas nas sessões contemplavam os aspectos relacionados às dificuldades que as crianças apresentavam. Ao final de cada sessão elaborávamos um relatório onde registrávamos o objetivo do trabalho, desenvolvimento, avaliação de desempenho, autoavaliação das crianças, resultados e prognóstico para a próxima sessão.

No decorrer dos atendimentos, a cada semana diminuía o número de crianças que participavam dos nossos encontros. Ao final do ano, apenas cinco crianças permaneciam no grupo de atendimento psicopedagógico. As queixas relacionadas a essas crianças variavam em torno da não-alfabetização, troca de letras, falta de organização, dificuldade na leitura, dificuldade na compreensão de textos, dificuldade no raciocínio lógico e matemático, além de apresentarem comportamentos agressivos tanto em sala de aula quanto nos atendimentos.

Tanto no estágio de diagnóstico psicopedagógico quanto no estágio institucional, mantivemos contato com as famílias e notamos o quanto a participação e a adesão familiar ao atendimento psicopedagógico é importante para a sustentação e desenvolvimento dos trabalhos. No caso das 5 (cinco) crianças que continuaram no atendimento psicopedagógico notamos que as famílias atendiam nossos chamados para as devolutivas e se sentiam responsáveis por cada conquista de seus filhos no tratamento. Por outro lado, pensamos nas famílias que deixaram de levar seus filhos aos atendimentos. O que as teria levado a desistir? Que fatores contribuíram para tal atitude?

Nas duas situações de estágio, durante as entrevistas iniciais tivemos a oportunidade de considerar como a família se coloca perante o problema de aprendizagem enfrentado por seu filho. Sobre essa questão Pain (1985) afirma que:

A versão da problemática, que obtemos por intermédio dos pais, pode dar-nos algumas chaves para aproximarmos-nos do significado que o não-aprender tem na família. (p.37)

A respeito das entrevistas com os pais, Weiss (2008) também contribui ao considerar que:

[...] qualquer entrevista com os pais já está, de algum modo, fazendo-os pensar sobre suas vidas com esse filho, refletir sobre questões antes afastadas do foco, sobre acontecimentos que consideravam irrelevantes e que agora ficam reposicionados nessas entrevistas. (p.35)

Para Pitombo (2006) a reação comunicativa da família está vinculada aos valores sociais que atribui à aprendizagem escolar. A autora faz algumas reflexões a respeito: para uma família que considera a escola um local de prestígio e meio de ascensão social, o fracasso

escolar pode ser muito grave. Ou ainda, há famílias que consideram que a escola não é adequada ao seu filho, outras aceitam exigências da instituição por entenderem que a escola é detentora de todo o saber, desprezando assim as reais dificuldades da criança.

Em ambas as situações de estágio, notamos o frágil vínculo da família com a oportunidade de atendimentos psicopedagógicos. Muitos fatores podem ter contribuído para desistência da maioria das crianças, tais como dificuldade da família em levá-las para o atendimento, visto este acontecer no período oposto ao de aula; falta de motivação da criança; ou ainda, o confronto com a problemática pode ter provocado este afastamento, o que para Pain (1985) pode ser uma forma de evitar mobilizações que a família não consegue suportar. Nesse sentido, a sustentação do trabalho psicopedagógico ampara-se, entre outros fatores, também na capacidade que a família tem em aceitar o que está sendo feito e suportar o que está sendo dito.

Winnicott (2011), a esse respeito, pontua:

Quando avaliamos as possibilidades de uma dada criança ser submetida à psicoterapia, não pensamos apenas no diagnóstico do distúrbio... estimamos também a capacidade que a família pode ter de tolerar o distúrbio ao longo daquele período durante o qual os efeitos da terapia ainda não se fazem ver. (p.71)

Weiss (2008) também contribui nesse sentido ao apontar que, mesmo no processo de diagnóstico, há uma intervenção na dinâmica pessoal e familiar, pois a pesquisa diagnóstica aborda o sujeito e sua família: “Essa visão é necessária para se levar em consideração o que está acontecendo, durante o diagnóstico, com o paciente e seus familiares” (p. 35).

Pitombo (2006) ressalta ainda que o impedimento dos pais para lidar com o problema de aprendizagem de seus filhos está vinculado ao grau de diferenciação e ansiedade apresentado por eles. A autora coloca que

quanto mais os pais necessitam da criança para completar seus egos e interesses, mais a criança desenvolverá a necessidade de dependência para com os genitores na aquisição do conhecer (2006, p.8).

Ao iniciarmos o atendimento psicopedagógico com as crianças, procuramos entendê-las a partir de vários ângulos, por isso o contato com a escola, com a família e até mesmo com outros profissionais que possam tê-las atendido, como psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, entre outros. Esse contato permite levantar o maior número de informações a respeito de suas histórias e nos ajuda a identificar as instâncias que desencadeiam a problemática enfrentada pelo sujeito. Talvez esse movimento das ações do psicopedagogo reflita na dinâmica familiar que passa a se sentir ameaçada, pois esta pode estar querendo conscientemente ou não, mascarar uma situação interna.

Nesse sentido, Chamat (1997) nos alerta sobre a importância da escuta psicopedagógica nas entrevistas com os pais, na medida em que essa experiência proporciona a oportunidade do terapeuta de detectar o que pode estar *oculto* nas relações familiares:

Chamamos de *oculto* algo que se encontra presente, porém não reconhecido conscientemente; algo não falado, não desvendado, responsável muitas vezes pela inibição na comunicação e nas relações afetivas, chegando a níveis de bloqueios na estruturação cognitiva. (Chamat, p.18)

Notamos também, outra conduta dos pais durante a entrevista inicial, diferentemente da mencionada acima. Percebemos que os pais apresentavam uma série de queixas em relação ao seu filho que não se relacionavam, necessariamente com questões escolares. Segundo Chamat (1997), podemos nomear essas queixas como *queixas secundárias*. Verificamos também que talvez os pais tendem a visualizar a dificuldade de aprendizagem como algo intrínseco à criança, evidenciando o não reconhecimento das possíveis responsabilidades deles próprios em relação à problemática de seus filhos.

No decorrer dos atendimentos com as crianças, principalmente no estágio institucional, vez ou outra, chamávamos os pais para dar um retorno do nosso trabalho, ou tirar dúvidas de algum ponto que ficou obscuro em nossa entrevista inicial. Nesses encontros notávamos em seus discursos que a dificuldade de aprendizagem do filho estava sempre ligada à prática do professor ou a algum fator externo, demonstrando mais uma vez o

desconhecimento da possibilidade de que a problemática enfrentada pela criança poderia ter origem na dinâmica familiar.

Sob a perspectiva da “Teoria do três D”, de Pichon-Rivière (1986) (depositante, depósito e depositário), ou seja, o depositante um dos membros da família projeta em um dos filhos (depositado) suas fraquezas, seus temores e ou suas ansiedades (depósito), a criança por sua vez, introjeta as deficiências da família e por não apresentar estruturas psicológicas que a ajudem a lidar com essas questões, pode apresentar sintomas de dificuldade de aprendizagem.

Chamat (1997) considera relevante considerar a *patogenia do grupo social* no qual a criança está inserida. Para a autora a profundidade do olhar e da escuta psicopedagógica acerca das questões familiares pode ajudar muito o terapeuta, pois ao citar a psicanalista Melanie Klein, aponta que:

[...] o tipo de vínculo que a criança estabelece com as pessoas que a cercam vão determinar o nível e o tipo de vinculação estabelecidos com o conhecimento, repercutindo, assim, na sua aprendizagem escolar. (p. 17)

Ainda sob esse enfoque a autora propõe que:

[...] para compreender a patologia do não aprender, devemos observar cuidadosamente a maneira pela qual as pessoas se relacionam umas com as outras, dentro do contexto familiar e escolar... faz-se imprescindível verificar o tipo de vínculo que parte da criança para o grupo, do grupo para a criança, e do grupo familiar para a instituição escolar. (p.23)

Ao observarmos essas relações entre grupos (sistemas), devemos levar em consideração diversos aspectos, tais como: diversidade dos padrões relacionais, cultura local, momento político e econômico, a fim de situar a queixa apresentada num contexto maior.

E ao tentarmos redefinir a queixa apresentada, estamos analisando-a como uma denúncia da situação conflituosa e disfuncional daquele sistema, sem contudo deixar de considerar as particularidades do indivíduo portador da queixa. Por que, entre todos os elementos da família, ele é o denunciador, o escolhido para fazer o sintoma? (Costa e Santos, 2003)

Diante das questões levantadas até aqui torna-se imperativo entender como o grupo familiar está estruturado nos dias atuais e suas implicações na formação do sujeito, enquanto instituição provedora de atenção, afetos, vínculos, cultura e educação.

### **Capítulo III**

#### **Família**

No livro “A família em desordem”, Elisabeth Roudinesco percorre a evolução histórica e cultural da família e suas transformações. A autora pontua que:

[...] foi no seio das duas grandes ordens do biológico (diferença sexual) e do simbólico (proibição do incesto e outros interditos) que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, como também as modificações do olhar para ela voltado ao longo das gerações. (p.17)

Ainda segundo a autora, a família, em um sentido mais amplo, sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e filiação.

Roudinesco (2003) escreve que a constituição da família nuclear (pai, mãe e filho), é a consumação de uma longa evolução – do século XVI ao XVIII – e parece ter existido na Europa da Idade Média antes de tornar-se modelo da época moderna.

Ao longo dos anos a entidade familiar vem passando por diversas transformações, a família tradicionalista e autoritária de outrora, dá espaço para uma família cuja constituição se afasta da instituição do casamento e traz à luz um “familiarismo redescoberto”. Essas transformações geram um novo olhar da realidade que tem como consequência a valorização das funções simbólicas em detrimento de uma abordagem mais tradicionalista centrada no patriarcado (Idem, 2003).

A família é a base estrutural da sociedade, todos fazem parte de uma, e todos trazem consigo o *desejo de família* que já foi considerada como instância colonizadora e opressora (Ibidem, 2003).

Nos dias atuais existe uma grande diversidade de arranjos familiares, pois a família vem se modificando através dos tempos. Nascimento (2011) discorre sobre a existência dos diversos arranjos familiares;

[...] a família expandida, em que entram na sua composição outros parentes (avós, tios, primos, etc); a família monoparental, formada por um dos pais e os filhos, isto é, a família chefiada apenas pelo pai ou pela mãe. Este tipo de organização familiar configura-se, geralmente, em caso de separação do casal.”

Há ainda um número crescente de famílias formadas por casais homossexuais, ou ainda, por pais separados que se casam novamente e unem os filhos de cada cônjuge. Além disso, notamos que apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento das responsabilidades profissionais que acumula, os costumes socioculturais definem normas e papéis para o homem e a mulher enquanto pai e mãe dentro do contexto familiar (Costa e Santos, 2003).

Ao focar a estrutura interna da família, a entendemos como um grupo que deveria exercer um forte sentimento de pertença em cada um de seus membros. A família também deveria servir como base que oferece aos seus integrantes segurança, amor, carinho, atenção, a fim de possibilitar ao sujeito oportunidades de realização pessoal. Pois, esse sujeito ao nascer se vê em uma dependência absoluta que, aos poucos, vai diminuindo até o estabelecimento de sua autonomia (Winnicott, 2011). Nesse autor ressalta que “o meio ambiente satisfatório começa com um alto grau de adaptação às necessidades individuais da criança (p. 4)”. Com isso o autor diz que o ambiente facilitador deve oferecer a capacidade das funções da mãe, funções do pai e funções da família em atender às necessidades individuais da criança a fim de promover seu desenvolvimento saudável.

No livro *Os idiomas do aprendente* Alicia Fernandez faz uma diferenciação entre “sujeito ensinante” e “ensinante” como função. A autora pontua que os professores não são os

únicos que ensinam. Diferentes situações e pessoas cumprem uma função ensinante. Desse modo, encontramos no grupo familiar um terreno capaz de oferecer à criança possibilidades para uma aprendizagem saudável ou não. Nesse contexto, pais e mães, ou as pessoas que cuidam da criança, desenvolvem a função ensinante na relação com seus filhos.

Em outro livro, *A inteligência Aprisionada* (1991), a autora tece considerações sobre a maneira pessoal que cada um de nós tem para se aproximar do conhecimento, denominada de modalidade de aprendizagem que se trata de um molde, de um esquema que o indivíduo utiliza nas diferentes situações de aprendizagem que começa a ser instaurada já no ambiente familiar:

[...] tal modalidade tem uma história que vai sendo construída desde o sujeito e desde o grupo familiar, de acordo com a real experiência de aprendizagem e como foi interpretada por ele e seus pais. (p.107)

Ainda sobre a modalidade de aprendizagem Fernández (1991) continua:

[...] como observamos que a modalidade de aprendizagem do sujeito na infância está entrelaçada com uma modalidade de aprendizagem familiar, trataremos de observar as características deste modo familiar de aproximar-se ao não conhecido. (p. 108)

È no âmbito familiar que o sujeito tem acesso aos primeiros processos educativos, que segundo Pain (1985) compreendem os comportamentos dedicados à transmissão de cultura e que promovem a educação.

È também no âmbito familiar que o sujeito se depara com a construção do sistema de vínculos afetivos, o processo de humanização, constituição da subjetividade e da formação básica para a aprendizagem. (Orsi, 2003)

Antigamente a criação dos filhos, era atividade que pautava a organização familiar e o sentido de família. Atualmente, a dinâmica de vida da família contemporânea tem sido pautada pelas condições impostas pela sociedade de consumo que afetam diretamente a estrutura familiar que compõe a base da sociedade. Diante de tais condições, a família não

está mais organizada em torno da criação dos filhos. Muitas vezes as crianças mal mantêm contato com seus pais, pois estes trabalham o dia todo, e quando chegam em casa, à noite, querem descansar e não conversam com seus filhos sobre o cotidiano escolar, sobre algum trabalho realizado na escola ou qualquer outro assunto. A família, na maioria das vezes, ‘olha’ para seu filho quando este apresenta problemas na escola que, por sua vez, convoca os pais para conversar a respeito. Frequentemente nessas conversas, tanto a escola, como a família, excluem ou rotulam a criança que “*não aprende*”. O grupo familiar raramente busca discutir ou compreender como ocorre a aprendizagem de seu filho, e quando este apresenta algum tipo de dificuldade escolar, a tendência é isolar o problema em torno da criança.

A escola espera que todos aprendam da mesma forma, ao mesmo tempo, sem levar em consideração que cada aluno é membro de um grupo familiar que carrega suas idiossincrasias. A família por sua vez, não reconhece que é responsável pelos modelos de interação e comunicação apreendidos pela criança e que os reproduz em outros contextos, inclusive no contexto escolar nas situações de aprendizagem.

Percebemos então, que muitas vezes a aproximação família/escola pode ser muito útil e rica, se unidas passassem a olhar para criança a partir da responsabilidade de cada um. Nessa perspectiva a psicopedagogia pode auxiliar ao traçar um caminho (intervenção) a ser trilhado pelas duas instâncias a fim de atender às necessidades individuais da criança no seu processo de aprendizagem.

No intuito de discorrer sobre como a psicopedagogia e família podem agir como parceiras no auxílio do entendimento da problemática da criança, elaboramos o seguinte.

## **Capítulo IV**

### **A psicopedagogia e família – Parceiras no auxílio do entendimento da problemática da criança**

Conforme pontuamos anteriormente a família contemporânea está no limite do conceito “família tradicional”, mas não deixando de ser “família”. Questões culturais, sociais e econômicas vêm norteando as mudanças desse grupo que serve como pilar estrutural da sociedade. Os problemas que emergem dessas questões são multidimensionais e para lidar com essa pluralidade deve-se ampliar a visão a fim de enfrentá-las e comportá-las na dinâmica familiar.

Ao iniciarmos nossos trabalhos de estágios recebemos crianças, indicadas pela escola, que apresentavam queixas de aprendizagem de diversas causas conforme pontuado no capítulo II. No decorrer dos atendimentos, percebemos que algumas crianças no estágio institucional deixaram de frequentar o grupo de psicopedagogia, assim como no estágio clínico, André, também não continuou as sessões no ano seguinte. Diversos fatores podem ter contribuído para a desistência da família. Entretanto, Pain (1985) pontua que a via pela qual o paciente chegou até nós, pode indicar o tipo de vínculo que a família e paciente pretendem estabelecer ao colocar o problema como próprio ou como imposto de fora (p. 36).

Entendemos que a partir do tipo de vínculo ou do modo como a família e paciente enfrentam a problemática, o atendimento psicopedagógico pode possibilitar uma compreensão mais ampla do quando, onde e como acontece o não-aprender. A partir da compreensão da problemática, a psicopedagogia e família podem se tornar parceiras a fim de clarear o sintoma e ressignificá-lo através de padrões alternativos de aprendizagem (Pitombo, 2006).

Munhoz (2003) descreve a família como um sistema dinâmico de interações que é constituída por subsistemas:

membros que agem e interagem numa estrutura funcional ao se inserirem nos outros sistemas humanos. São compostos pelos elementos da própria

família, como: esposo/esposa, denominado de subsistema conjugal; o casal de pais, como subsistema parental, e o grupo de irmãos, como subsistema fraternal. (p.14)

Segundo a autora, esses subsistemas da dinâmica familiar se articulam e interagem entre si, oferecendo aos seus membros a possibilidade de desenvolver a autoria de pensamento pela qual se imprime a subjetividade de cada indivíduo. Se considerarmos esse processo como subsistemas interagindo em um sistema maior, situamos o sujeito que não aprende como algo construído no ambiente familiar. Por esse motivo, quando solicitamos a participação e acompanhamento da família nos atendimentos psicopedagógicos, entendemos que esta também está sendo olhada/tratada.

A respeito desse aspecto Costa e Santos (2003) mencionam:

O que é, o que lhe acontece, está necessariamente relacionado com as pessoas com as quais interage e com as situações nas quais atua. Apenas desde essa perspectiva é possível compreender qualquer transtorno que lhe ocorra no curso da vida (p.19)

E continuam:

Os sintomas refletem uma tentativa do organismo ou sistema de curar-se e de alcançar um novo nível de organização. (p.20)

Entretanto, vale lembrar que embora o paciente esteja em atendimento psicopedagógico, não significa que as famílias estejam prontas para rever seus padrões de interações.

Desse modo, entendemos que não podemos ver a família (pais e irmãos) apenas como informantes (Fernadéz, 1991), e colocá-los à margem de uma situação que diz respeito a todos enquanto sistema que se mantém num interjogo entre membros. No atendimento psicopedagógico torna-se necessário entender o padrão da dinâmica familiar num contexto histórico e social, a fim de não só, pensar em hipóteses a partir de uma visão patológica do indivíduo em questão, mas também, a partir da compreensão do modo como se relacionam e como vivem as etapas da vida.

A queixa que se apresenta na entrevista inicial deflagra um sintoma que é percebido no contexto escolar que muitas vezes serve como pista de uma disfunção no funcionamento do sistema familiar. A criança portadora do sintoma é eleita para ser o problema de uma estrutura familiar rígida e inadequada. (Minuchin apud De Carlo, 2003).

No desenrolar das sessões o psicopedagogo mantém-se como testemunha, porém numa atitude clínica,<sup>1</sup> atitude que escuta e traduz o discurso imaginário. A atitude clínica do psicopedagogo necessita estar embasada numa teoria interpretativa norteadora de seu trabalho. (Fernandéz, 1991). Nessa atitude clínica o psicopedagogo tem a possibilidade de fazer a leitura dos conteúdos manifestos e latentes que paciente e família manifestam nas sessões e entrevistas. Desse modo, a ação do psicopedagogo junto à criança e à família ao diagnosticar a função do sintoma nas relações entre eles, possibilita o redimensionamento do mesmo levando-os a sua compreensão e aborda conflitos familiares a fim de reposicioná-los em uma nova perspectiva.

O atendimento psicopedagógico também proporciona ao paciente a oportunidade de que este se sinta aceito e mude de posição no contexto familiar. As transformações vão ocorrendo na medida em que paciente e família vão se adaptando e buscando equilíbrio a partir das questões que vão sendo apontadas nos atendimentos psicopedagógicos. Entretanto, conforme pontuado anteriormente, nem sempre as famílias estão prontas para lidar com tais apontamentos e acabam abandonando o atendimento. Entendemos que este é o desafio que se impõe ao psicopedagogo em sua atuação profissional junto a crianças e suas famílias.

---

<sup>1</sup> Atitude: é um complexo de ação e teoria...é um mover-se prático no desenvolvimento do terapeuta, e as dificuldades do enunciar recortando-o, estão ligadas à sua própria constituição, produto e conjugação nesse desenvolvimento de teoria, prática e experiência, vivida socialmente...(Armando Bauleo Apud Fernandez, 1991)

## Considerações Finais

Ao pensar em um assunto para monografia, muitas questões se apresentaram como possibilidades de estudo. O tema “participação e adesão da família ao atendimento psicopedagógico” foi escolhido por se tratar de um aspecto fundamental para realização dos atendimentos. A participação da família inicia-se desde a aceitação e o reconhecimento da necessidade em levar a criança para as sessões psicopedagógicas, passando pela conscientização das questões apontadas nas entrevistas e conversas com o psicopedagogo até ao entendimento de que as relações familiares podem ser o disparador dos sintomas e/ou dificuldades que a criança vem apresentando na escola.

A partir da experiência nos estágios realizados em dois momentos durante o curso de Psicopedagogia da PUC, notamos um grande número de abandonos do atendimento no decorrer do ano. Tal acontecimento nos levou a pensar nos motivos que poderiam ter contribuído para as desistências.

Conforme pontuado anteriormente o trabalho do psicopedagogo consiste, inicialmente, por meio de uma escuta psicopedagógica<sup>2</sup> atenta, na investigação do meio socioeconômico, do ambiente familiar, do ambiente escolar da criança e também averiguar o nível de adaptação e aproveitamento escolar do mesmo. Esse movimento inicial permite ao psicopedagogo redimensionar o sentido do sintoma, uma vez que está sendo compreendido no contexto onde ocorrem as manifestações do sujeito (Passos, 1996).

O olhar e a escuta psicopedagógica também possibilitam a compreensão do sintoma que compartilhada com a família permite tirar o foco da criança que pode não ser necessariamente o problema em si, mas aquele que carregar as projeções e/ou deficiências da família. A investigação cuidadosa e atenta do psicopedagogo pode ser capaz de levantar

---

<sup>2</sup> Segundo Fernández (1991) a escuta psicopedagógica contempla as seguintes ações: escutar-olhar, deter-se nas fraturas do discurso; observar e relacionar com o que aconteceu previamente à fratura, descobrir o ‘esquema de ação-subjacente, buscar a repetição dos esquemas de ação, interpretar a operação, mais do que o conteúdo.

aspectos relacionais familiares que implicam na produção do sintoma e esse pode ser o suporte da dinâmica daquele grupo familiar. Nessa perspectiva surge a questão: a serviço de que ou de quem está o sintoma? Não se trata de culpabilizar este ou aquele, mas sim buscar a compreensão da problemática e oferecer recursos para que paciente e família possam ressignificar o sintoma.

Diante de toda essa movimentação, a família pode sentir-se desestabilizada por não ser capaz de suportar o enfrentamento da problemática. Portanto, o trabalho psicopedagógico, ampara-se além de outros fatores, na parceria com a família a fim de juntos traçarem um caminho em direção às mudanças que promoverão o equilíbrio e novas dinâmicas por meio das quais cada sujeito da família terá a possibilidade de resgatar sua subjetividade saudável.

Certamente há outros aspectos que permeiam a atuação e a relação do psicopedagogo com a família, porém consideramos que a reflexão teórica aqui proposta contemplou as questões que a prática nos impôs e nos fez pesquisar sobre o tema.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. S. **Psicopedagogia clínica: manual de aplicação prática para diagnóstico de distúrbios do aprendizado.** São Paulo: Póluss Editorial, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/apresentacao.htm>>. Acesso em: ago. 2012.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- DE CARLO, M. A. A psicopedagogia no contexto familiar. In: PUGLISI, Maria Luiza (Org.). **Questões familiares em temas de psicopedagogia.** São Paulo: Memnon, 2003.
- CHAMAT, L. S. J. **Relações vinculares e aprendizagem – Um enfoque psicopedagógico.** São Paulo: Vetor, 1997.
- COSTA, R. A.; SANTOS, T. M. Diagnóstico em famílias com queixas de dificuldades de aprendizagem. In: PUGLISI, Maria Luiza (Org.). **Questões familiares em temas de psicopedagogia.** São Paulo: Memnon, 2003.
- FERNÁNDEZ, A. **A inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica e sua família.** Porto Alegre: Artmed, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Os idiomas do aprendente: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MUNHOZ, M. L. P. Educação e família numa visão psicopedagógica sistêmica. In: PUGLISI, Maria Luiza (Org.). **Questões familiares em temas de psicopedagogia.** São Paulo: Memnon, 2003.
- NASCIMENTO, E. C. S. **O não acompanhamento familiar e sua relação com o comportamento e aprendizagem do aluno** Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

- NOFFS, N. **Psicopedagogo na rede de ensino: a trajetória institucional de seus atores-autores**. São Paulo: Elevação, 2003.
- ORSI, M. J. S. **Família: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem escolar**. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a08Orsi03.pdf>>.
- PAIN, S. **Diagnóstico e tratamentos dos problemas de aprendizagem**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- PASSOS, M. C. Família e clínica fonoaudiológica, em tese. In: PASSOS, Maria Consuelo (Org.). **Fonoaudiologia: recriando seus sentidos**. São Paulo: Plexus, 1996.
- PITOMBO, E. M. **Família, psicopedagogia e pós-modernidade**. 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-10492007000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100006)>.
- RIVIÉRE-PICHON, E. **Teoria do vínculo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- RUBINSTEIN, E. Da reeducação para a psicopedagogia, um caminhar. In: **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VISCA, J. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. 2. ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A família e o desenvolvimento individual**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica, uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.